



Índice

- 01** [Acordo permite ritual indígena na Reserva de Serra Negra](#)
- 02** [Ampliação da Terra Indígena Enawenê-Nawê debatida em Mato Grosso](#)
- 03** [Cacique de Rondônia lança autobiografia com ajuda de ex-repórter da Time](#)
- 04** [Prefeito afirma que demarcação indígena ocupará quase 90% de cidade e acabará com município](#)
- 05** [Jovens indígenas de todo o país se reúnem em Brasília para Oficina de Formação Política](#)
- 06** [Grupos indígenas discutem educação e saúde na UFPE](#)
- 07** [Ato contra crimes da ditadura reúne estudantes e índios](#)
- 08** [Liderança indígena busca apoio de tribos do Pará contra hidrelétricas](#)
- 09** [Comunidades Quilombolas são contempladas com o Programa Arca das Letras](#)
- 10** [Polícia investiga morte de bebê em aldeia indígena de Caarapó, MS](#)
- 11** [UnB divulga lista de aprovados no vestibular indígena](#)
- 12** [Entrega da Carteira Profissional dos ASB'S Indígenas](#)
- 13** [Lideranças indígenas participam do Fórum Social Mundial na Tunísia](#)
- 14** [Aberto edital complementar do PET Indígena](#)
- 15** [Encontro de Caciques Indígenas em Cacique Doble](#)



Acordo permite ritual indígena na Reserva de Serra Negra

SÍTIO DIARIODEPERNAMBUCO, 01.04.2013

O Ministério Público Federal (MPF) em Serra Talhada/Salgueiro (PE) promoveu acordo para garantir a realização do ritual Aricuri pela etnias Pipipã e Kambiwã, na Reserva Biológica de Serra Negra, localizada nos municípios de Inajá e Floresta, sem comprometimento da preservação ambiental.

O documento foi assinado pelas lideranças das etnias e por representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Fundação Nacional do Índio (Funai). De acordo com a procuradora da República Silvia Regina Pontes Lopes, responsável pela celebração do termo de ajustamento de conduta (TAC), o instrumento de atuação extrajudicial do MPF, representa a conciliação da preservação do meio ambiente e do bem cultural dos indígenas.

Segundo ela, o TAC foi amplamente discutido entre os envolvidos, com a mediação do MPF, e delimita atuação, prerrogativas e obrigação de todos os agentes. Desde 2011, o MPF acompanha, por meio de procedimento administrativo, a possibilidade de danos ambientais na reserva biológica em razão do ritual indígena.

A cerimônia Aricuri consiste em um ritual religioso realizado em dois períodos do ano: de 10 a 20 de outubro e de 10 a 20 de novembro. Envolve uma simbologia de retorno ao ventre materno, representado pelo oco de uma grande árvore. Durante os dias da cerimônia, os participantes interrompem as atividades do cotidiano e seguem para a Serra Negra, onde se encontra a área considerada sagrada pelos indígenas.

Por meio do acordo, ficou acertado que os índios participantes do ritual ficam proibidos de caçar ou desmatar qualquer tipo de vegetação dentro da reserva e terão que recolher todo o lixo produzido. Deverão também orientar previamente os participantes sobre a obrigação de preservar o meio ambiente. Outra medida refere-se ao controle do acendimento de fogo, com cuidado para evitar surgimento de pontos de incêndio.

O ICMBio comprometeu-se a garantir a realização do ritual, pelo prazo de três anos, prorrogável por igual período, e a respeitar os locais sagrados, adotando medidas de restrição ao acesso de não-índios durante a realização da cerimônia. O órgão também deverá elaborar e executar programa de educação ambiental e oficial o Ibama para fazer fiscalização relativa ao transporte e consumo de lenhas, estacas e varas, provenientes de área externa à reserva, dentre outras responsabilidades.

A Funai deverá solicitar à Secretaria de Saúde Indígena, vinculada ao Ministério da Saúde, a atualização do cadastramento dos membros que compõem as etnias Pipipã e Kambiwã. Além disso, terá que requisitar às prefeituras de Inajá e Floresta as viaturas necessárias ao recolhimento e transporte do lixo produzido e a instalação de banheiros químicos em número suficiente para o evento, bem como divulgar os termos do acordo nas comunidades indígenas.



Ampliação da Terra Indígena Enawenê-Nawê debatida em Mato Grosso

SÍTIO expressomt, 01.04.2013

As discussões aconteceram ontem às 17h na Associação Comercial (Ascom) daquele município e contará com a presença da bancada federal mato-grossense.

O evento, segundo o deputado estadual Dilmar Dal'Bosco (DEM), marcará a primeira manifestação contrária à criação da reserva - que avançará sobre os municípios de Brasnorte, Juína e Sapezal - afim de que se evitem conflitos e, consequentemente, a 'calamidade social' decorrente da desinstrução dessas áreas, a exemplo do que ocorreu na Suiá-Missú

"A confirmação de que a Funai pretende ampliar os limites da Terra Indígena Enawenê-Nawê mobilizou a classe política mato-grossense que tenta barrar o novo processo de demarcação, onde deverá ser atingida uma área com mais de 600 mil hectares", explicou Dilmar.

Dal'Bosco salienta que a nova demarcação inviabilizará a economia dos municípios atingidos, pois estes já possuem mais de 60% de sua área tomada por reservas indígenas. Ele destaca ainda, que as terras em estudo foram adquiridas do Estado pelos produtores rurais e depois homologadas pela União.

"A população não pode simplesmente ser despejada, como se tivessem ocupado de forma irregular. Contamos com a participação maciça da sociedade, para criarmos um movimento forte junto a Câmara Federal, pois os estudos para ampliação da área indígena estão em fase fina, e o pânico já se instalou entre os produtores", ressaltou.

De acordo com os produtores rurais a ampliação fere as condicionantes definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) durante a demarcação da Reserva Raposa do Sol, em Roraima, quando ficou definido que áreas homologadas não poderão ser ampliadas.



Cacique de Rondônia lança autobiografia com ajuda de ex-repórter da Time

SÍTIO TERRA, 01.04.2013

Qual é o meio mais fácil para estabelecer contato com um cacique? Se o índio em questão for o líder do povo Paiter-Suruí, não carece cogitar expedições ou mesmo recorrer ao telefone. Envie um e-mail para seu endereço @gmail.com. e o destinatário responde com a mesma agilidade com que absorve tecnologias ascendentes na preservação de sua tribo.

Em se tratando de Almir Narayamoga Suruí, isso não surpreende. Afinal, foi ele quem motivou manchetes pelo mundo ao convencer a Google, em 2007, a lhe prover ferramentas para mapear a cultura dos povos que vivem na Terra Indígena Sete de Setembro, em Cacoal (RO). A trajetória de Almir, é claro, vai muito além. Tanto que está prestes a virar livro, em autobiografia escrita com ajuda do americano Steve Zwick, editor do site EcosystemMarketplace e ex-repórter da Time.

O livro será lançado nos próximos meses (a data ainda não foi escolhida, pois ainda procuram uma editora), primeiro em inglês. A versão brasileira deve chegar alguns meses depois do lançamento da americana.

Almir e Zwick se conheceram há quatro anos, em Copenhague, na Conferência do Clima da ONU (COP-15). As intervenções do índio despertaram o interesse do americano, pela desenvoltura com que retrucava perguntas duras sobre iniciativas como o projeto de crédito de carbono que tenta implementar.

— O que mais me impressionou foi sua capacidade de se adaptar às situações. Ele fica à vontade na tribo, trabalhando com o governo de Rondônia ou na esfera internacional — conta o jornalista, que ainda não chegou a um acordo com Almir sobre o título do livro.

A autobiografia está sendo preparada há mais de um ano, em uma série de entrevistas entre Cacoal (RO) e Chicago (EUA), onde mora Zwick. O processo se deu apesar da incomunicabilidade da dupla: Almir não fala inglês, enquanto o jornalista não é versado em português nem tampouco em tupi mondé. O obstáculo foi superado com a ajuda de tradutores voluntários de ocasião.

Apesar de a obra se enquadrar na categoria autobiografia, o cacique insiste que o que será contada é a trajetória do seu povo.

— A luta dos índios é muito pouco compreendida. Somos os maiores defensores do país. Vocês (brancos) precisam ler essa história em algum lugar — afirma Almir.

Mas, quer Almir queira ou não, é ele o Suruí de que todos falam e que recebe prêmios globais como o da Sociedade Internacional de Direitos Humanos (em 2008, em Genebra) por seu pioneirismo. Mas talvez “independência” seja palavra mais apropriada para descrever suas iniciativas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 052 / 2013

Brasília, 02 de abril de 2013.

Afinal, é isso que busca seu maior projeto, o Plano de Gestão do Território Sete de Setembro, os 247 mil hectares de terra onde vivem os cerca de 1,5 mil Suruí em Rondônia e em Mato Grosso. Lançado em 1999, o programa é ambicioso: planejar uma ocupação sustentável do território por 50 anos.

O motor desse sonho é o Carbono Suruí, projeto de crédito de carbono do tipo Redd+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), em que preservadores da floresta podem captar dinheiro pelo trabalho. A iniciativa é pioneira: trata-se do primeiro programa de crédito de carbono idealizado por uma comunidade nativa no Brasil a chegar à etapa de certificação.



Prefeito afirma que demarcação indígena ocupará quase 90% de cidade e acabará com município

SÍTIO TOP, 01.04.2013

O prefeito de Juína, Hermes Bergamim, afirma que o projeto de ampliação da reserva indígena Enawenê-Nawê no nordeste do estado irá aniquilar a economia do município. A demarcação pretendida pela Fundação Nacional do Índio (Funai) abrangerá, de acordo com Bergamim, 83% da extensão da cidade.

"A demarcação hoje que está pedindo pela Funai, ela vai pegar quase todo o município de Juína. Enawenê-Nawê são em torno de mil índios e eles já tem praticamente um milhão e cem mil hectares e eles querem pedir de 200 a 300 mil hectares", afirma o prefeito.

Mas segundo o prefeito, a iniciativa de aumentara a área, não partiu dos indígenas. "Nós nunca tivemos problemas, nunca tivemos problemas com indígenas, nosso maior problema é a Funai que está incitando os índios contra a agente", defende.

O processo para aumentar a reserva tramita há cerca de 8 anos. "Hoje já estão querendo falar em demarcação de áreas, nós não vamos aceitar demarcara áreas produtivas e outras regiões onde tem pessoas há 30 anos produzindo alimentos, há 30 anos lá dentro, para colocar os índios", afirma.

"Inclusive, os índios que já estão querendo o aumento em cima de uma área de 150 mil hectares de uma área produtiva de pecuária, uma área totalmente desmatada, não tem mato, não tem porque fazer essa área ir para os índios e se isso acontecer, o município vai saltar de 62% de reserva indígena para 83% de reserva indígena, praticamente vai quebrar o município de Juína".

Para Bergamim, a desintrusão de não índios nas terras remanescentes da gleba Suiá-Missú, área que deu lugar à demarcação Marãiwatsédé, abriu um perigoso precedente pra produtores rurais no Brasil.

"O que aconteceu na Suiá é uma vergonha do povo brasileiro, nós tiramos produtores que estavam produzindo leite, carne, soja, brasileiros trabalhadores para entregar para os índios. Mas não são os índios o problema, e sim a Funai, que incitou os índios a ir para cima", avalia.

"Por que nós não colocamos os índios na Amazônia Legal que não é ocupada? Por que os índios não nos ajudam a ocupar a Amazônia?. Eu tenho para mim que o que não é ocupado acaba sendo tomado pelos outros. Vamos ocupar a Amazônia Legal com os índios porque ela está praticamente inabitável, não tem índios, não tem brancos e não tem brasileiros dignos morando lá", apela.



Jovens indígenas de todo o país se reúnem em Brasília para Oficina de Formação Política

SÍTIO SECRETARIAGERLA, 01.04.2013

De terça a quinta-feira (2 a 4 de março) jovens indígenas das cinco regiões do país se reúnem em Brasília para a Oficina de Formação Política para Jovens Indígenas. Durante o encontro, promovido pela Secretaria Nacional de Articulação Social, da Secretaria-Geral da Presidência da República, os jovens debaterão sobre os seus direitos. Estarão presentes na abertura a secretária nacional de Juventude, Severine Macedo, e o secretário de Articulação Social, Paulo Maldos.

A oficina, que acontece no âmbito do Programa Conjunto de Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), conta com apoio da Secretaria Nacional de Juventude, Funai, Comissão Nacional de Jovens Indígenas e do Ministério da Cultura.

Além de tomarem ciência sobre os marcos legais nacionais e internacionais da política indígena, como a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena e a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, os jovens índios serão informados sobre o processo de consulta para a regulamentação da Convenção 169 da OIT, sobre povos indígenas e tribais, adotada em 1989. No Brasil a Convenção foi ratificada em 2002 e entrou em vigor em julho de 2003. Os países signatários se comprometem a consultar os povos interessados quando forem previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, garantindo a sua efetiva participação.

Ao final do encontro, os jovens se reunirão para discutir formas de como contribuir com a juventude dos seus povos, a partir das informações debatidas ao longo da oficina.

Serviço

Oficina de Formação Política para Jovens Indígenas

Data: 2 a 4 de março

Local: Hotel San Peter, Brasília-DF



Grupos indígenas discutem educação e saúde na UFPE

SÍTIO DIARIODEPERNAMBUCO, 01.04.2013

Centenas de indígenas de 12 povos do Agreste e Sertão de Pernambuco estão reunidos até a próxima quarta-feira no estacionamento do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A atividade faz parte do Abril Indígena - Acampamento Terra Livre (ATL).

O objetivo é discutir problemas nos setores de educação e saúde das comunidades, além de apontar reivindicações e saídas para as problemáticas. O evento conta com debates, apresentações culturais e religiosas.

Entre as discussões do Abril Indígena, estão os impactos dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal na vida dos povos do Estado e do Nordeste. Comitativas de lideranças se reunirão também com autoridades, entre elas representantes do Ministério Público Federal (MPF) e do Governo de Pernambuco.

Os jovens indígenas irão conduzir as discussões sobre cultura e protagonizar o debate sobre cotas indígenas nas universidades públicas. O evento começou no último domingo, dia 31 de março.



Ato contra crimes da ditadura reúne estudantes e índios

SÍTIO EM, 01.04.2013

Estudantes e militantes de direitos humanos foram nesta segunda-feira à Cinelândia, em frente ao Clube Militar, pedir punição para os crimes da ditadura e acabaram se desentendendo com outros manifestantes, defensores da comunidade indígena Aldeia Maracanã, removida pelo governo do Estado por causa das obras no entorno do estádio, na zona norte. O protesto estava no início quando chegaram os representantes da Aldeia Maracanã, retirada do prédio do antigo museu do índio há dez dias pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar.

Com faixas contra o governador Sérgio Cabral (PMDB), o grupo da aldeia passou a gritar palavras de ordem durante os discursos de apoio à Comissão Nacional da Verdade e pelo esclarecimento e punição das torturas e desaparecimentos de presos políticos. Os defensores dos índios criticavam a presença de militantes do PC do B, partido que faz parte da base do governador: "Apoia a ditadura quem apoia o Cabral".

Os organizadores do ato contra a tortura reagiram. Houve bate-boca, empurra-empurra e por pouco manifestantes de um lado e de outro não partiram para o confronto físico. Finalmente conseguiram se entender e entoaram juntos "o povo unido jamais será vencido". O clima tenso, no entanto, não se desfez completamente. Somando os dois grupos de manifestantes, cerca de cem pessoas se reuniram na Cinelândia, com o reforço de uma militante do grupo Femen, que tem como marca registrada o protesto com seios à mostra.

O índio Anajé Aruak fez um discurso em que pediu atenção à causa e protestou: "Vários parentes indígenas foram assassinados durante a ditadura e ninguém fala disso". "A gente sempre participa de atos contra a ditadura, somos contra a ditadura do passado, mas também a do presente. O PCdoB participar (do governo Cabral e do protesto) é uma contradição. Eles nunca se pronunciaram sobre a Aldeia Maracanã", reclamou Fernando Soares, morador da favela de Manguinhos que se uniu à causa dos índios.

"Faz parte da democracia, nem todo mundo pensa igual. Temos que identificar nossos inimigos e eles não estão aqui neste ato. Também sou contra a retirada da Aldeia Maracanã, mas cada um tem que saber onde reivindicar o quê. Este é o momento de reivindicarmos nossos mortos e não de ver quem é mais ou menos revolucionário", disse o estudante de pedagogia Vinícius Musso, um dos militantes que levavam a bandeira do PCdoB.

Cartazes espalhados no chão exibiam imagens de vítimas da repressão. "Até hoje a família Angel não tem o corpo do Stuart para velar, prantear, enterrar. Aproveito para fazer deste manifesto um velório", disse a jornalista Hildegard Angel, irmã de Stuart Angel, um dos desaparecidos homenageados no ato público. Ao contrário do ano passado, quando a manifestação contra a ditadura na Cinelândia coincidiu com um ato organizado por militares em comemoração ao movimento de 1964 e houve confronto entre manifestantes e PMs, desta vez não havia qualquer evento na sede central do Clube Militar. Estava previsto para o fim da tarde, na sede da Lagoa (zona sul), o lançamento do livro "Um caldeirão chamado 1964", do jornalista Aristóteles Drummond.



Liderança indígena busca apoio de tribos do Pará contra hidrelétricas

SÍTIO INTERJORNAL, 01.04.2013

O líder indígena Valdenir Munduruku, de Jacareacanga, no oeste do Pará, viajou para Altamira, no sudeste do estado, para convocar comunidades indígenas a se unirem contra a implantação de usinas hidrelétricas no estado.

Em entrevista coletiva, Valdenir disse que busca apoio de outras tribos contrárias a construção das barragens. Ele disse que os índios da região do Tapajós estão indignados com o decreto presidencial publicado em 12 de março de 2013, que permite a presença de homens da Força Nacional de Segurança na região. Os militares fariam parte de um grupo que estuda impactos ambientais no oeste do Pará mas, segundo os índios, o grupo estaria invadindo aldeias sem consultar os líderes das tribos

"Não vamos aceitar que entrem na nossa terra sem pedir autorização do cacique", disse Valdenir, que critica a atuação do governo federal na região: ele diz que os índios estão sendo desrespeitados, por não terem sido consultados sobre os projetos hidrelétricos no Tapajós.

Por conta disso, o cacique exige a retirada da força tarefa até o dia 10 de abril. Se a reivindicação não for atendida até esta data, os índios prometem "tomar providências" contra a presença dos militares no oeste do Pará.

O G1 tenta contato com o Ministério da Justiça, responsável pela Força Nacional de Segurança Pública, mas ainda não foi atendido.



Comunidades Quilombolas são contempladas com o Programa Arca das Letras

SÍTIO JORNALTRADICAO, 01.04.2013

Criado em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com a intenção de implantar bibliotecas em locais que fossem facilitar o acesso à informação e aos livros em meios rurais. O Programa Arca das Letras permite que agricultores, comunidades de pescadores, assentados, quilombolas, indígenas e seus familiares tenham fácil acesso à leitura através das bibliotecas rurais. Em março, São Lourenço do Sul, mais especificamente, duas comunidades quilombolas do interior do município foram contempladas com o Programa.

Serão mais de 400 famílias das comunidades de Coxilha Negra, em Boa Vista, e Torrão, na localidade de Canta Galo, beneficiadas com o Arca das Letras, que vai implementar duas bibliotecas nas comunidades. Será necessária a capacitação de agentes de leitura, que se propõe a trabalhar voluntariamente para atender os moradores das zonas rurais. O anúncio foi feito oficialmente no dia 18 de março, em solenidade de entrega feita em Novo Hamburgo. Nas próximas semanas será divulgada a data de entrega das arcas às comunidades quilombolas.

As bibliotecas ficam instaladas nas residências dos agentes de leitura ou podem ficar também em sedes de uso comunitário, como pontos de cultura ou associações de bairro., como associações de bairro e pontos de cultura. Inicialmente o acervo de cada biblioteca contempla 200 livros, podendo aumentar conforme a necessidade e os pedidos das comunidades. A Secretaria Especial de Gabinete, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação estiveram envolvidas para tornar o projeto viável ao município, e os móveis nos quais os livros serão colocados foram doados pela Eletrosul ao MDA.



Polícia investiga morte de bebê em aldeia indígena de Caarapó, MS

SÍTIO INTERJORNAL, 01.04.2013

Menino de quatro meses morreu na aldeia Tey Kue. Polícia foi informada sobre caso 11 horas após morte.

Um bebê de quatro meses morreu, na noite de domingo (31), na aldeia indígena Tey Kue, em Caarapó, a 273 km de Campo Grande. A Polícia Civil investiga o caso e aguarda o laudo da perícia para saber a causa da morte.

Uma equipe da polícia esteve na aldeia, na tarde desta segunda-feira (1º), e ouviu as testemunhas e os pais do bebê, que são separados. A mãe teria deixado a criança com o pai às 16h (de MS) sem nenhum ferimento. A polícia só foi informada sobre o caso 11 horas após a morte.

O corpo do bebê vai para o Instituto Médico Legal (IML) de Dourados, onde passará por exame de corpo de delito. De acordo com o delegado responsável pelo caso, Benjamin Lax, mesmo com os testemunhos, só será possível saber a causa da morte após o laudo da perícia.

Segundo Lax, é possível que a criança tenha morrido em decorrência de ação humana ou de causa natural, como doença. É possível também que a criança tenha sido vítima de outros crimes que não estejam relacionados com a morte.



UnB divulga lista de aprovados no vestibular indígena

SÍTIO CORREIOBRAZILIENSE, 01.04.2013

O resultado do Vestibular Indígena para ingresso em cursos da Universidade de Brasília (UnB) foi divulgado nesta segunda-feira (1/4) no site do Cespe/UnB. Os nomes dos 10 aprovados em primeira chamada podem ser conferidos no link www.cespe.unb.br/Vestibular/VESTUNB_13_1_2_FUNAI/. A prova objetiva e a redação foram aplicadas no dia 9 de março, nas cidades de Águas Belas (PE), Cruzeiro do Sul (AC), Oiapoque (AP), Tabatinga (AM) e Porto Velho (RO).

As vagas oferecidas na seleção são para os cursos de Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Enfermagem, Engenharia Florestal e Medicina. Ao todo, 1.438 estudantes indígenas se inscreveram no processo.

O registro acadêmico será no dia 5 de abril nos Postos Avançados da Secretaria de Administração Acadêmica (SAA). Para realizar o registro, é necessário que os estudantes apresentem o questionário preenchido, disponível no link <http://nesub.limequery.org/27469/lang-pt-BR>, e ainda cópia autenticada dos seguintes documentos: documento de identidade, certificado de alistamento militar, para candidatos do sexo masculino maiores de 18 anos, título de eleitor, comprovante de votação na última eleição ou a certidão de quitação eleitoral, CPF, histórico escolar de ensino médio e certificado de conclusão do ensino médio.

A seleção é realizada graças ao convênio firmado em 2004 entre a UnB e a Fundação Nacional do Índio (Funai). O processo seletivo é restrito a candidatos indígenas que tenham cursado, ou estejam cursando, o ensino médio em escolas da rede pública ou da rede particular, desde que por meio de bolsa de estudos integral.

Outras informações no site www.cespe.unb.br/Vestibular/VESTUNB_13_1_2_FUNAI/ ou na Central de Atendimento do Cespe/UnB, de segunda a sexta, das 8h às 19h – Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cespe/UnB – telefone (61) 3448-0100.

Relação dos candidatos aprovados e convocados para o 1º semestre de 2013, na seguinte ordem:

AGRONOMIA

Daniel Luan da Silva.

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Dirlene Chagas do Carmo / Zeferino Forte Ramos.

CIÊNCIAS SOCIAIS

Jander da Silva Cordeiro / Nair Cristina de Matos Rodrigues.

ENFERMAGEM

Bruna Barbosa da Silva / Maria de Souza Ubim.

ENGENHARIA FLORESTAL

Denivaldo Ramos Tome.

MEDICINA

Alisson Cleomar dos Santos / Tony Leao Santana.



Boletim de Notícias - Edição nº 052 / 2013

Brasília, 02 de abril de 2013.

Entrega da Carteira Profissional dos ASB'S Indígenas

SÍTIO CROBA, 01.04.2013

O Programa de Saúde Bucal do Distrito Sanitário Especial Indígena da Bahia, agradece ao Conselho Regional de Odontologia o acolhimento, a parceria e a dedicação no evento realizado em 26 de Março de 2013, para a entrega da Carteira Profissional dos ASB'S Indígenas.

Em especial ao Dr. Francisco Paranhos, Dr. Antonio Falcão, Dra. Sandra Mello, Dra. Magna, Elizangela, Deuzuita, Gilson e todos os envolvidos indiretamente para a realização deste Evento, que foi um marco na história indígena da Bahia e também representa os avanços do Programa de Saúde Bucal do DSEI.



Lideranças indígenas participam do Fórum Social Mundial na Tunísia

SÍTIO JURUAONLINE, 01.04.2013

Terminou no último dia 30 de março o Fórum Social Mundial 2013, o primeiro realizado em terras do mundo árabe, na Tunísia, em sua capital Tunis, onde há dois anos atrás deflagrou-se a revolução que deu origem à chamada primavera árabe de 2011.

Esse Fórum, como era de se esperar, teve presença massiva e preponderante em seus debates da temática islâmica, em especial da luta pelo reconhecimento e respeito pelos territórios da Palestina..

Mas houve espaço também para inumeráveis outras temáticas, em aproximadamente mil atividades auto gerenciadas por centenas de organizações de todo o mundo. E, dentre essas, teve lugar o debate acerca do exercício das Medicinas Tradicionais como parte integrante e indispensável do direito à auto determinação dos povos originários, autóctones, indígenas.

Esse debate foi proposto pela organização não-governamental Primatas da Montanha, ONG PRIMO, com a participação do cacique Biraci Brasil Yawanawa do estado do Acre, da liderança indígena Ailton Krenak do estado de Minas Gerais e da liderança indígena norte americana Tom Goldtooth.

Tom Goldtooth estava no Fórum Social em campanha mundial contra a implantação do sistema REED, que vem impedindo as comunidades que aderiram a esse sistema de fazerem o uso tradicional de seus recursos naturais dentro de suas próprias florestas.

Tom esteve com as lideranças indígenas brasileiras Biraci e Ailton, e aderiu ao debate sobre o direito de exercício das Medicinas Tradicionais.

O debate representou uma oportunidade única dentro do Fórum Social Mundial de apresentação das Medicinas Tradicionais também como uma proposta política de efetiva defesa dos modos de vida originários, com autonomia, com acesso, uso sustentável e preservação dos recursos naturais que compõem essas Medicinas Tradicionais.

O debate também marcou historicamente o lançamento internacional da proposta de uma Rede Mundial de Medicinas Multiculturais – Rede 3M, que seguirá sendo articulada a partir das experiências brasileiras e ameríndias.



Boletim de Notícias - Edição nº 052 / 2013

Brasília, 02 de abril de 2013.

Aberto edital complementar do PET Indígena

SÍTIO UFMT, 01.04.2013

A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por meio da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proeg), publicou hoje (01) o Edital de Abertura de Inscrição para o Processo de Seleção de estudantes bolsistas para o Programa de Educação Tutorial Indígena (Petind). São oferecidas onze vagas, sendo sete remuneradas e quatro não- remuneradas. Podem inscrever-se estudantes indígenas ingressantes nos cursos de graduação da UFMT por meio de Processo Seletivo Específico do Programa de Inclusão Indígena (Proind), em cursos do campus de Cuiabá e não ser bolsista de outro programa de qualquer outro programa e cumprir requisitos constantes do edital.

As inscrições serão no período de 09 a 12 deste mês, das 14h00 às 17h30, na Sala PET Indígena, situada no Museu Rondon, atrás da piscina, Campus de Cuiabá.

Para mais informações ligue: 3615.8057.



Boletim de Notícias - Edição nº 052 / 2013

Brasília, 02 de abril de 2013.

Encontro de Caciques Indígenas em Cacique Doble

SÍTIO TOP, 01.04.2013

Os caciques indígenas de todas as tribos do Rio Grande do Sul e uma parte de Santa Catarina estiveram reunidos na reserva indígena de Cacique Doble juntamente com representantes da embaixada da Grécia no Brasil com sede em São Paulo.

O Objetivo do encontro articulado pelos caciques das reservas de Cacique Doble e Nonoai é para firmar um convênio para produção de alimentos tradicionais da cultura indígena e posterior exportação para Grécia.